

Contexto, escritura e política: *uma leitura des-constructivista*

Nathan Braga Fontoura¹

Resumo

O presente texto tem um duplo propósito: primeiramente, ele pretende apresentar, em linhas gerais, a maneira estratégica pela qual o filósofo Jacques Derrida compreende e discute a noção de linguagem, ou melhor, de escritura (*écriture*), em especial aquela apresentada nas primeiras páginas da *Gramatologia*; então, como consequência deste entendimento inicial, tenta explorar a possibilidade da desconstrução do conceito tradicional de contexto bem como as suas implicações políticas.

Palavras-chave: Contexto; Desconstrução; Escritura.

Abstract

The present paper has a dual purpose: at, first, it intends to present, in general lines, the strategic way by which philosopher Jacques Derrida comprehends and discusses the notion of language, or rather writing (*écriture*), especially that one presented in the first pages of *Of Grammatology*; then, as consequence of that initial understanding, it tries to explore the possibility of deconstructing the traditional concept of context as well its political implications.

Keywords: Context; Deconstruction; Writing.

1. O deslocamento da escrita

Derrida inicia o primeiro capítulo da *Gramatologia* afirmando que “[...] o problema da linguagem nunca foi apenas um problema entre outros” (DERRIDA, 2017, p. 7, grifo do autor), em outras palavras, a linguagem continuamente foi um tema no qual ocupou-se o pensamento filosófico. Entretanto, a sua breve constatação acena para uma mudança de ênfase: a questão da linguagem nunca foi tão urgente quanto no séc. XX, período em que as filosofias, entre outras áreas, fizeram-na protagonista da cena teórica, posicionando-a no centro de diversas discussões contemporâneas. Mais que isso, nós seríamos testemunhas de uma época na qual a linguagem enquanto conceito encontrar-se-ia desvalorizada, pois haveria uma inflação desse termo, isto é, um abuso excessivo do *signo*, aquele que opera como alicerce para o que comumente chamamos pelo nome de linguagem.

Segundo J. Derrida, esta época *histórico-metafísica* determinou precisamente enquanto linguagem a totalidade dos seus problemas, não somente pelo fato das questões terminarem por recair no jogo da linguagem, mas também porque

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui Bacharelado e Licenciatura em Filosofia pela mesma instituição.

[...] a linguagem mesma acha-se ameaçada em sua vida, desamparada, sem amarras por não ter mais limites, devolvida à sua própria finidade no momento exato em que seus limites parecem apagar-se, no momento exato em que o significado infinito² que parecia excedê-la deixa de tranquilizá-la a respeito de si mesma, de contê-la e de *cercá-la* (DERRIDA, 2017, p. 7, grifo do autor).

Uma das teses propostas por Derrida na *Gramatologia* é a da substituição do termo genérico “linguagem” pelo indecível/quase-conceito escritura (*écriture*).³ Segundo o filósofo, essa mudança não aconteceu de maneira arbitrária, mas tratava-se de uma tendência, uma certa inclinação em reunir sob este nome – escritura – tudo aquilo que a tradição filosófica ocidental até então designava por linguagem. Por meio de um uso estratégico do “como se”, o elemento ficcional que aparece e reaparece ao longo de seu trabalho, Derrida chama nossa atenção para a ultrapassagem da escritura em relação ao conceito tradicional de linguagem, melhor dizendo, “[...] a escritura *compreenderia* a linguagem.” (DERRIDA, 2017, p. 8, grifo do autor).

De acordo com a tradição ocidental, a escrita designa uma forma acessória, derivada e específica disso que nomeamos linguagem em geral (comunicação, expressão, significação, constituição do sentido ou do pensamento etc.). Na década de 1960, a linguística estruturalista de Saussure era a principal referência teórica na França. A intitulada “ciência da linguagem” entende que a função da escrita consiste, unicamente, em representar o significante primeiro e fundamental, a saber: a voz (*phoné*), que por sua vez é também um significante, mas, neste caso, do próprio pensamento. O papel da escrita limita-se, tão somente, a rerepresentar aquilo que, com efeito, expressaria o sentido verdadeiro de uma ideia. Ela não tem necessidade de ser, pois é considerada acidental, contingente, secundária, e, por esse motivo, é compreendida aqui como sendo o significante do significante.

A partir da compreensão que a tradição filosófica e linguística tem a respeito da escrita, Derrida descreve o processo de inversão e deslocamento⁴ que acontece no âmbito da linguagem:

² No início do texto, Derrida faz alusão a uma expressão que, mais a frente, será objeto de discussão e denúncia, a saber: “significado transcendental”, a exigência clássica de um conceito independente da língua. Diz ele em *Semiologia e Gramatologia*: “[...] ‘significado transcendental’, o qual, em si mesmo, em sua essência, não remeteria a nenhum significante, excederia à cadeia dos signos, e não mais funcionaria, ele próprio, em um certo momento, como significante.” (DERRIDA, 2001, p. 25-26).

³ Em francês, a palavra “*écriture*” serve para referir-se à escrita, tal como a pensamos tradicionalmente, mas pode ser entendida como escritura a depender do contexto. Derrida joga propositalmente com essa ambiguidade, a fim de explorar um possível sentido ampliado desta palavra. Em nosso texto, iremos distinguir escrita de escritura por uma questão de didática, isto é, para facilitar a leitura e tornar explícita a diferença que essas duas modalidades de inscrição adquirem a partir do pensamento derridiano.

⁴ Na entrevista *Posições*, Derrida menciona “[...] uma espécie de *estratégia geral da desconstrução*. Essa estratégia deveria evitar simplesmente *neutralizar* as oposições binárias da metafísica e, ao mesmo tempo, simplesmente *residir*, no campo fechado dessas oposições e, portanto, confirmá-lo.” (DERRIDA, 2001, p. 47, grifo do autor). No que se refere a essa estratégia, Derrida diz que é preciso operar um duplo gesto: “[...] por um lado, passar por uma fase de *inversão* [...] ater-se, por outro lado, a essa fase significa ainda operar no terreno e no interior do sistema desconstruído. É preciso também [...] marcar o afastamento entre, de um lado, a inversão que coloca na posição inferior aquilo que estava na posição superior [...] e, de outro, a emergência repentina de um novo

“Não que a palavra ‘escritura’ deixe de designar o significante do significante, mas aparece, sob uma luz estranha [...] ‘Significante do significante’ descreve, ao contrário, o movimento da linguagem [...]” (DERRIDA, 2017, p. 8). Sob uma certa afirmatividade, essa “luz estranha” possibilita ver na estrutura da escrita, do significante do significante, o modo de proceder próprio da linguagem. Em vez de ser constituída por significados predefinidos, a linguagem é tornada possível somente mediante as diferenças entre os significantes que apontam sem cessar para outros significantes. Trata-se de um jogo aberto permanentemente.

Neste sentido, todo significado é desde sempre entendido como secundário, dado que não escapa, cedo ou tarde, “[...] ao jogo das remessas significantes, que constitui a linguagem.” (DERRIDA, 2017, p. 8). Isso explica, a título de exemplo, por que o conceito de signo⁵, que sustenta a noção ocidental de linguagem, abre-se para a sua própria desconstrução, pois a face significante que lhe constitui é passível de ser invertida e, em seguida, deslocada em relação à face do significado. É como se no interior do próprio signo houvesse uma brecha ou uma falha, dito de outro modo, e sem conotação negativa, uma abertura em direção à emancipação da face significante, a qual, até determinado momento, havia sido subordinada em favor do significado, este último sendo considerado a parte essencial na formação do signo.

Em suma podemos dizer, junto a Derrida, que a linguagem, tal como a tradição ocidental sempre a concebeu, não passa de “[...] um momento, um modo essencial mas determinado, um fenômeno, um aspecto, uma espécie da escritura.” (DERRIDA, 2017, p. 10). O privilégio da voz em detrimento de outras modalidades de expressão responde a uma certa economia da história e da vida. Para Derrida, o séc. XX marca, definitivamente, o início da era da escritura, o que não significa, por outro lado, que a fala, ou mesmo o signo, deixem de existir ou servir a setores específicos das relações humanas, embora tenham perdido o caráter de plenitude.

Ao afirmar que o conceito de escritura excede e compreende o de linguagem, Derrida, de certa maneira, pressupõe uma definição para ambos, e diz que se não houvesse essa tentativa de justificá-los, correríamos o risco de ceder à inflação⁶ que acometeu previamente tais noções. Notemos a observação feita por Derrida na *Gramatologia*:

‘conceito’, um conceito que não se deixa mais – que nunca se deixou – compreender no regime anterior.” (DERRIDA, 2001, p. 48-49, grifo do autor). Esse afastamento é normalmente traduzido por “deslocamento”.

⁵ O signo é a unidade elementar de significação da língua. Derrida herdou de Saussure a concepção de que o signo linguístico é composto por duas faces: a do significado e a do significante, que correspondem respectivamente aos mundos inteligível e sensível.

⁶ A título de esclarecimento, a inflação – ou transbordamento – que Derrida faz referência consiste na extensão infinita e indefinida do conceito de linguagem. Se qualquer coisa pudesse ser reduzida a este conceito (o que equivaleria a afirmar vulgarmente a proposição “Tudo é linguagem”), os limites que o asseguram enquanto tal desapareceriam. Assim, acabaria desvalorizado.

Já há algum tempo [...] diz-se “linguagem” por ação, movimento, pensamento, reflexão, consciência, inconsciente, experiência, afetividade etc. Há, agora, a tendência a designar por “escritura” tudo isso e mais alguma coisa: não apenas os gestos físicos da inscrição literal, pictográfica ou ideográfica, mas também a totalidade do que a possibilita; e a seguir, além da face significativa, até mesmo a face significada; e, a partir daí, tudo o que pode dar lugar a uma inscrição em geral, literal ou não [...] (DERRIDA, 2017, p. 10-11).

Uma variedade de expressões da escritura aparece exemplificada no texto derridiano, com o propósito de demonstrar que o reducionismo da noção tradicional de linguagem não consegue mais apreender e encerrar a diversidade pela qual os sentidos podem vir a ser expressos na contemporaneidade. A voz – a escritura fonética – deixa de ser, efetivamente, o significativo privilegiado para ocupar o posicionamento de mais um entre outros. A escritura derridiana pode ser entendida como a “raiz comum”⁷ da escrita e da fala.

O processo de inversão e deslocamento entre a fala e a escritura pode ser exemplificado, de maneira quase-paradigmática, a partir do neografismo inventado por J. Derrida chamado *différance*⁸ com “a”. Em francês, a ortografia adequada à palavra “diferença” é *différence* com “e”, no entanto, com a substituição gráfica, Derrida reitera a ideia de que somente pela escritura (*écriture*) podemos perceber a distinção entre essas duas palavras, uma vez que, através da fala/pronúncia/voz, a diferença entre *différance* e *différence* não se manifesta. Isso significa que a *différance* dá um passo a mais em relação à conceitualidade implicada pela *différence*, de modo semelhante ao que a escritura faz relativamente à escrita.

Para um pensamento de tipo desconstrutivo, toda escritura têm uma textualidade aberta que solicita ser interpelada, lida e relida diversas vezes, posto que ela jamais se encerra ao redor de si própria: “[...] a escritura é um jogo que atesta, arquiva, mas o que documenta nunca está definitivamente selado; ela o deixa em aberto quanto à decidibilidade dos significados.” (SOLIS, 2009, p. 34). No contexto do pensamento derridiano, a escritura encontra-se, portanto, simultaneamente aquém e para além da escrita comum.

2. O contexto em discussão

⁷ Na *Gramatologia*, Derrida refere-se a esse elemento em comum como “arquiescritura”, valor inaugural que implica uma forte indecidibilidade em relação ao funcionamento da linguagem, uma vez que, segundo o autor, existem sempre marcas da “escrita” operando em toda fala e vice-versa. O *Glossário de Derrida* (1976) define a arquiescritura como sendo a escritura primeira – não em sentido cronológico – que antecede tanto a linguagem falada quanto à escrita. A subordinação histórica da escrita pela fala só foi possível, segundo Derrida, a partir da dissimulação da arquiescritura (“uma fala expelindo seu outro”). Não poderá ser reconhecida como objeto de uma “ciência”, nem se reduzir à forma da presença. Negando-se à presença, existiria, portanto, apenas uma diferença. A arquiescritura é a inscrição da marca da diferença.

⁸ Operador *indecidível* ou *quase-conceitual* que, de acordo com a concepção derridiana, marca de maneira mais expressiva e essencial isso que se chama “desconstrução”. Essa noção não metafísica é melhor desenvolvida em um texto que consideramos essencial intitulado *La différance* (1968), republicado na compilação *Margens da Filosofia* (1972).

Originalmente, *Assinatura acontecimento contexto* foi uma comunicação⁹ de Derrida pronunciada em agosto de 1971 na cidade de Montreal, Canadá. O tema do colóquio filosófico em questão era “A comunicação”. Derrida começa lembrando-nos que a palavra “comunicação” possui um caráter fundamentalmente disseminador e, por consequência disso, admite certos equívocos quanto ao seu sentido. Não obstante, pressupõe que esse campo de equivocidade em torno da comunicação permite ser reduzido segundo os limites de um certo contexto, e a partir de uma tal redução, deseja marcar a insuficiência do *conceito corrente de contexto* em relação à generalização da escritura.

Derrida se propõe a responder sobre a (im)possibilidade de determinação dos requisitos de um contexto. Em decorrência disso, ele questiona: “Existirá um conceito rigoroso e científico do *contexto*? Não abrigará a noção de contexto, por trás de uma certa confusão, pressuposições filosóficas muito determinadas?” (DERRIDA, 1991b, p. 351, grifo do autor). O filósofo parece estar interessado em demonstrar porque um contexto nunca é absolutamente determinável, isto é, em que medida a sua determinação precisa é jamais assegurada ou saturada.

Considerando a escrita em sua acepção tradicional, reconhecemos nela um potente meio de comunicação, visto que estende para longe, infinitamente, o âmbito da comunicação oral e gestual. Este situa-se diante de “[...] uma fronteira empírica, na forma do espaço e do tempo; e a escrita viria, no mesmo tempo, no mesmo espaço, desfazer os limites, abrir o *mesmo campo* a um domínio muito vasto.” (DERRIDA, 1991b, p. 351-352, grifo do autor). A integridade do sentido comunicado pela mediação da escrita, a distâncias cada vez maiores e desconhecidas, seria resguardada em razão da “natureza” contínua desta última. Segundo Derrida, esta tese da homogeneidade do texto escrito, sempre derivado, diga-se de passagem, “[...] é, no fundo, a interpretação propriamente filosófica da escrita.” (DERRIDA, 1991b, p. 352).

Em toda a história da filosofia ocidental, afirma o autor, não encontramos um único exemplo contrário a esta tese, a qual, por sua vez, estaria melhor representada pelo pensamento de Condillac, filósofo francês do séc. XVIII. Nos termos deste, após o momento secundário da articulação linguística, no qual o pensamento, que reflete a linguagem de ação, é geralmente veiculado através de sons, o aparecimento e o desenvolvimento da escrita seguem uma direção contínua, reta e simples, sendo consequência direta de um radical que nunca é deslocado no decorrer da história da escrita: a *representação*. Independente dela vir a ter novos matizes no futuro, a relação ideia/signo que compõe a base da estrutura representativa e marca o primeiro

⁹ Muitos textos de Jacques Derrida são resultado de comunicações, conferências, entrevistas, eventos etc. que o autor concedeu e/ou participou em diversos lugares e em diferentes momentos de sua trajetória intelectual.

nível da comunicação expressiva não será nunca suspensa ou transformada. Eis um trecho elucidativo sobre este ponto:

A história da escrita conformar-se-á a uma lei da economia mecânica: ganhar o máximo de espaço e de tempo pela abreviação mais cômoda; não terá nunca o menor efeito sobre a estrutura e o conteúdo de sentido (das ideias) que deverá veicular. O mesmo conteúdo, anteriormente comunicado através de gestos e sons, será de ora em diante transmitido pela escrita, e sucessivamente pelos diferentes modos de notação desde a escrita pictográfica até à escrita alfabética, passando pela escrita hieroglífica dos egípcios e pela escrita ideográfica dos chineses (DERRIDA, 1991b, p. 353).

O caráter de representação indissociável à comunicação escrita constitui traço invariante a todos os progressos que a partir dela são possíveis de engendrar. Como instrumento de comunicação, a escrita carrega junto de si um predicado essencial que, em princípio, a diferencia das demais formas comunicativas: a *ausência*. Questionado por outras vias, esse valor de ausência pode introduzir uma certa ruptura na homogeneidade do sistema linear de escrita.

Derrida propõe, então, caracterizar o tipo de ausência que intervém especificamente na atuação da escrita partindo da seguinte ideia: “Um signo escrito avança-se na ausência do destinatário.” (DERRIDA, 1991b, p. 356). Durante o ato de escrever-inscrever, a pessoa a quem o texto, porventura, se destina pode estar ausente do horizonte de percepção presente de quem escreve-inscreve. A ausência atual de destinatários não representa uma falta temporária que, no futuro, seria necessariamente recuperada. Na realidade, a escrita logocêntrica tem de assumir que os desvios entre o ponto de partida de uma mensagem e os seus destinos potenciais devam poder ser absolutos, de tal modo que uma reconstituição integral na forma da presença seja um acontecimento inviável.¹⁰

De acordo com o exposto em *Assinatura acontecimento contexto*, é imprescindível que a “comunicação escrita” continue *legível* aquando da possibilidade do desaparecimento total de qualquer destinatário determinável. O seu funcionamento enquanto escrita estaria assegurado na medida em que sua legibilidade fosse conservada: “É necessário que [a escrita] seja repetível – iterável – na ausência absoluta do destinatário ou do conjunto empiricamente determinável dos destinatários.” (DERRIDA, 1991b, p. 356). Aqui, Derrida referencia a importante noção de *iterabilidade*, a qual marca, singularmente, a estrutura específica da escrita. Para o filósofo, é preciso que uma escrita seja estruturalmente legível e repetível, independentemente da atual presença ou promessa de receptores, caso contrário ela não poderia ser chamada propriamente de escrita.

¹⁰ A propósito disso, Derrida afirma: “É aí que a *différance* como escrita [a escritura] não poderia já (ser) uma modificação (ontológica) da presença.” (DERRIDA, 1991b, p. 356). O filósofo identifica que a forma tradicional da escrita disporia os elementos necessários para o seu próprio deslocamento quase-conceitual.

A iterabilidade mescla a alteridade radical, pressuposta pela desconstrução derridiana, e a repetição (não do mesmo, mas sim do novo e do outro). Em última instância, esta iterabilidade seria o “princípio” responsável, na prática, pela efetivação da comunicação/transmissão de conteúdos significativos. Mesmo uma escrita singular preservada por algum código exclusivo não deixaria de ser constituída pela iterabilidade, que a possibilitaria trabalhar, na sua identidade de marca, sem depender da presença de “sujeitos” empíricos localizáveis, sejam estes os emissores ou os recebedores da mensagem.

Repetir, reescrever, reinscrever e, em seguida, identificar os traços de uma determinada escrita são cenários subentendidos em todo código, o que, conseqüentemente, torna-os iteráveis, logo, comunicáveis, transmissíveis. Não haveria códigos que fossem essencialmente secretos, diz Derrida, pois, a cada vez, seriam oferecidos a interpretações outras. Deste modo, a ausência, inscrita no corpo da escrita, não poderia mais ser entendida como uma modificação sucessiva da presença, e sim enquanto rompimento com esta. Ao propor um deslocamento do privilégio que o código tem no campo linguístico, Derrida estaria apontando para a desconstrução de todo contexto como aquilo que, precisamente, dá legitimidade à codificação.

As marcas produzidas na escrita – e pela escrita! – são derridianamente lidas enquanto rastros que prosseguem a dar a ler e a operar apesar do completo desaparecimento da intenção originária que os produziu. Derrida é incisivo ao declarar que um registro textual deve permitir sua leitura mesmo no momento da interrupção parcial ou total do querer-dizer que o impeliu originalmente:

Para que um escrito seja um escrito, é necessário que continue a “agir” e a ser legível mesmo se o que se chama o autor do escrito não responde já pelo que escreveu, pelo que parece ter assinado, quer esteja provisoriamente ausente, quer esteja morto ou que em geral não tenha mantido a sua intenção ou atenção absolutamente atual e presente, a plenitude do seu querer-dizer, mesmo daquilo que parece ser escrito “em seu nome” (DERRIDA, 1991b, p. 357).

Pertence à escrita concebida como estrutura de iteração um desvio fundamental que a libera por inteiro da tutela do autor/escritor original, e, nesse sentido, este último não detém nenhuma autoridade hermenêutica sobre aquilo que escreve. Inúmeros leitores de um texto teriam tanto direito de interpretação quanto quem quer que o tenha criado. Derrida enseja demonstrar que a especificidade reconhecida ao conceito clássico e estrito de escrita é generalizável, pois ela teria validade não apenas para o domínio linguístico/semântico/semiológico, mas igualmente para o campo da experiência em geral.

Derrida elenca três predicados essenciais na formação do conceito tradicional de escrita:

1. Um signo escrito não se consume no presente de sua inscrição, dado que permanece legível como marca produtora de iteração mesmo perante a ausência/presença da consciência subjetiva

que o tenha produzido; 2. Um signo escrito contém também uma força estrutural de ruptura em relação ao *contexto real* ou *semiótico* no qual fora inscrito originariamente. Em virtude de sua iterabilidade, um significante pode ser isolado do encadeamento textual onde surgira, todavia, sem prejudicar as suas funções significativas de comunicação e reinscrição; 3. A força referida concerne ao espaçamento constituinte de todo signo escrito – o intervalo necessário que difere e provoca os rastros que integram as cadeias contextuais.

Para Derrida, essas qualidades atribuídas normalmente à concepção usual de escrita não são exclusivas desta, pois que as encontramos em outras situações, como no caso da linguagem falada: uma certa identidade sua deve admitir que o reconhecimento e a repetição aconteçam a despeito das variações empíricas possíveis – acento, entonação, língua etc. – relativas ao signo fônico. De modo semelhante ao exemplo da escrita, é a iterabilidade que justifica o significante falado enquanto um *grafema*¹¹ repetível na dupla ausência que concerne à sua referência e a um qualquer significado pretendido, não importa se tenha sido este determinado com antecedência ou reatualizado presentemente:

Essa possibilidade estrutural de ser cortada do referente ou do significado (logo, da comunicação e seu contexto) parece-me fazer de toda marca, mesmo oral, um grafema em geral, isto é, como vimos, a restância não presente de uma marca diferencial cortada de sua pretensa “produção” ou origem. E eu estenderia mesmo essa lei a toda “experiência” em geral, se for assente que não há experiência de *pura* presença, mas somente cadeias de marcas diferenciais (DERRIDA, 1991a, p. 22-23, grifo do autor).

Entre as consequências inevitáveis da generalização da escrita – portanto, a *escritura* – listadas pelo autor, podemos destacar a desqualificação ou o limite do conceito de contexto: sabemos que *um* texto escrito viabiliza *uma* visualização contextual, contudo, não dispõe rigorosamente a determinação teórica em torno de algum contexto. Ainda que precisemos recorrer ao conteúdo disponibilizado por uma escritura para entender o contexto de uma época, de uma obra, de um pensamento etc., nenhuma dessas coisas são passíveis de esgotamento devido a uma infinidade de leituras possíveis proporcionadas no encontro com essa textualidade aberta, disseminadora e diversificada.

Na sequência, Derrida refere-se ao contexto como sendo o “conjunto das presenças” que organiza o momento preciso da inscrição de uma determinada marca. Além disso, descreve os elementos que compõem a finitude da conjuntura dita “real”:

Fazem parte deste pretense contexto real um certo “presente” da inscrição, a presença do escritor que a escreveu, todo o ambiente e o horizonte da sua experiência e sobretudo a intenção, o querer-dizer, que animaria num dado momento a sua inscrição.

¹¹ O grafema representa a unidade mínima significativa de um sistema escrito, podendo ser letras, números, sinais de pontuação etc. Considerando que no pensamento da desconstrução a escritura é deslocada em relação à escrita e a voz, toda inscrição passa a ser entendida como um grafema em geral. Assim, os fonemas seriam, na realidade, grafemas da linguagem falada.

Pertence ao signo ser justamente legível mesmo se o momento da sua produção está irremediavelmente perdido e mesmo se eu não souber o que o seu pretense autor-escritor quis dizer com consciência e com intenção no momento em que escreveu, quer dizer, abandonou à sua deriva essencial (DERRIDA, 1991b, p. 358).

Ao expandir o entendimento geral sobre a escrita, deslocando-a para o quase-conceito *escritura*, Derrida não pretende impossibilitar nem relativizar uma reconstituição contextual, longe disso, a delimitação proposta possui como duplo propósito: i. a constatação da exemplar singularidade que diz respeito a cada contexto em particular; e, quase que paradoxalmente, ii. a admissão da possibilidade de enxerto/reinscrição: “Nenhum contexto pode fechar-se sobre si. Nem nenhum código, sendo o código aqui simultaneamente a possibilidade e a impossibilidade da escrita, da sua iterabilidade essencial (repetição/alteridade).” (DERRIDA, 1991b, p. 358). Se nem um nem outro encerra-se sobre si próprio, então, nada impede que o seu respectivo valor possa vir a ser reelaborado a partir da lógica grafemática da iterabilidade.¹²

O recurso que Derrida faz à lei da iteração provoca “[...] a disrupção, em última análise, da autoridade do código como sistema finito de regras; a destruição radical, no mesmo lance, de todo o contexto como protocolo de código.” (DERRIDA, 1991b, p. 357). Duplo movimento: enquanto a desconstrução do contexto anula o domínio semiótico do código, este último se torna incapaz de propiciar a saturação teórica do primeiro – consequência *talvez* paradoxal da intervenção realizada pela grafia da iterabilidade geral no processo de reelaboração contextual e semiótica. A argumentação desconstrutiva de Derrida busca demonstrar que todo contexto é, no fundo, “[...] apenas *um* contexto determinado por *uma* vontade de saber, por *uma* intenção epistêmica, por *uma* relação consciente [será?] com o objeto como objeto de conhecimento num horizonte de verdade [...]” (DERRIDA, 1991b, p. 361, grifo nosso). Isso tem consequências em relação à impossível neutralidade de um contexto, visto que as marcas, ou, se preferir, os rastros, só significam à sombra de determinada perspectiva na qual estão orientados.

A possibilidade do destaque, ou seja, do isolamento, e do enxerto (reinscrição) através da *citabilidade*¹³ é o que, de acordo com Derrida, “[...] constitui toda marca como escrita, antes mesmo e fora de todo horizonte de comunicação semiolinguística;” (DERRIDA, 1991a, p. 25). A atualização de uma citação em potencial faz com que uma inscrição qualquer funcione sem

¹² Isso torna-se ainda mais evidente no caso do contexto interno/semiótico, pois em razão da essencial iterabilidade, afirma Derrida, “[...] pode-se sempre isolar um sintagma escrito fora do encadeamento no qual é tomado ou dado, sem fazer-lhe perder qualquer possibilidade de funcionamento, senão qualquer possibilidade de ‘comunicação’, precisamente. Pode-se eventualmente reconhecer-lhe outros inscrevendo-o ou *enxertando-o* em outras cadeias.” (DERRIDA, 1991b, p. 358, grifo do autor).

¹³ A citabilidade é um caso particular de iteração que atua no trabalho da escritura. Em *Assinatura acontecimento contexto* (1991a, p. 32-33; 1991b, p. 368-369) e *Limited Inc.* (1991a, p. 136-139), é explicitado que a iterabilidade geral é a raiz grafemática da citabilidade e das demais formas iteráveis possíveis.

que essa esteja ligada necessariamente à sua intenção “original” e/ou confinada por um contexto constrangedor e esgotável:

Todo signo, linguístico ou não linguístico, falado ou escrito (no sentido corrente dessa oposição), em pequena ou grande escala, pode ser *citado*, posto entre aspas; por isso ele pode romper com todo contexto dado, engendrar ao infinito novos contextos, de modo absolutamente não saturável. Isso supõe não que a marca valha fora do contexto mas, ao contrário, que só existam contextos [e textos] sem nenhum centro absoluto de ancoragem (DERRIDA, 1991a, p. 25-26, grifo do autor).¹⁴

Por si mesma, nenhuma marca consegue constituir o seu próprio contexto, pois encontra-se na dependência de uma rede relacional que a posiciona em comparação com outras marcas. Mas, por mérito da citabilidade – ou antes, da iterabilidade – não há nada, *a priori*, que a impossibilite de funcionar em um novo contexto a título de marca significativa.

No texto *Limited Inc.*, Derrida retoma essa problemática do contexto a partir de diversos pontos. A propósito de seu “confronto” com o filósofo analítico John R. Searle, Derrida observa que uma análise das intenções de um enunciador, se pretende ser “séria”, não deveria abandonar à margem, nem mesmo de maneira provisória, a consideração das diferenças contextuais. Posto que a intenção é igualmente marcada por algum contexto, Derrida entende que uma tal exclusão metodológica proposta pela teoria dos *speech acts* (atos de fala) não só é ilegítima, mas também, num certo sentido, impossível. Uma vez que o contexto determina intrinsecamente as intenções, qualquer tentativa analítica de abstrair-lo resulta numa descrição falha disso que se deseja isolar: “O próprio método e a clareza teórica deveriam desaconselhar tal abstração. O contexto já está sempre *no lugar* e não somente *em torno dele*.” (DERRIDA, 1991a, p. 86, grifo do autor). Eis um primeiro ponto.¹⁵

¹⁴ Posteriormente, Derrida reconheceu que a escolha pela palavra “engendrar” nesta citação não é a mais rigorosa, uma vez que, caso não seja devidamente contextualizada, pode pôr em risco um dos propósitos de seu texto: “Teria sido preciso, para sermos mais precisos, dizer ‘engendrar’ e inscrever-se ou ser inscrito *em* novos contextos. Porque um contexto nunca é criado *ex nihilo* [do nada]; nenhuma marca pode criar ou engendrar, por si só, menos ainda engendrar absolutamente seu contexto. Esse limite, essa finitude é a condição para que a transformação contextual permaneça sempre aberta.” (DERRIDA, 1991a, p. 110, grifo do autor).

¹⁵ Segundo Derrida, o “legítimo” teórico dos *speech acts* (Searle) equivoca-se ao tornar o critério contextual pouco relevante e/ou secundário para as suas análises pretensamente “sérias”, porque sabe-se que a diferença contextual desempenha um importante papel para esta teoria, o qual não deve nem pode ser definitivamente ignorado: “Ou a diferença contextual muda tudo porque determina *por dentro* o que determina: então não se pode pô-la entre parênteses, nem sequer provisoriamente. Ou *então* deixa algo intacto, e isso significa que algo pode sempre libertar-se do contexto dito ‘originário’ para se exportar ou se enxertar alhures, continuando a funcionar de um modo ou de outro, e confirma-se a tese ‘grafemática’ de *Sec* [abreviação para *Signature événement contexte*, título original de *Assinatura acontecimento contexto*].” (DERRIDA, 1991a, p. 110, grifo do autor). Propõe-se uma reelaboração do valor do contexto com base numa lógica grafemática da iterabilidade, a fim de que essa dupla possibilidade não se exclua mutuamente, o que, aos olhos de Derrida, não parece possível no âmbito da axiomática teórica de Austin e de seu autoautorizado herdeiro John R. Searle.

Na carta-posfácio nomeada *Em direção a uma ética da discussão*¹⁶, Derrida se aproxima de pertinentes questionamentos que concernem ao contexto, como aquele de sua reconstituição e o de sua relação com o político. Para o autor, apesar de ser um ideal regulador naquilo que ele chama de “ética da leitura” (e da discussão e da interpretação), a pretensa reconstituição de um contexto jamais pode ser irrepreensível, plena, última. Trata-se de uma operação performativa, isto é, que altera um atual e determinado *status quo* (estado de coisas), e não puramente teórica. Derrida lembra-nos que, diante da inacessibilidade do contexto perfeito, toda determinação sua nunca é desinteressada, nenhum gesto reconstitutivo é ingênuo, neutro ou transparente.

Por não concernir a um ato simplesmente teórico, essa circunstância pressupõe que uma análise em torno da dimensão política de toda determinação contextual é igualmente política: “É sempre uma avaliação política, mesmo que o código dessa avaliação seja sobredeterminado, rebelde às classificações (por exemplo direita/esquerda) e por vir – prometido – mais que dado.” (DERRIDA, 1991a, p. 178). Nesse sentido, e em resposta a uma questão feita no presente texto, o franco-argelino atesta que “o próprio projeto de tentar fixar o contextos dos enunciados” não é, obrigatoriamente, “algo de politicamente suspeito”, entretanto, e por outro lado, não pode ser considerado como apolítico ou isento politicamente.

Segundo a leitura de Derrida, todo contexto é formulado sempre a partir de certas forças ou interesses – sobretudo ético-políticos – em constante disputa com outras formas interessadas de determinação contextual, de modo a impor vitoriosamente a sua ordenação sobre as demais. Novamente, ele alude aqui para o fato de que todo contexto não é algo unicamente discursivo¹⁷, pois joga-se, o tempo todo, uma política contra outra. Tal dimensão política nem sempre, insiste, mostra-se visível a um primeiro olhar:

Frequentemente [este aspecto político] dissimula-se, articula-se ou traduz-se através de numerosas meditações, diferenciadas, potencializadas, equívocas, difíceis de decifrar. Diz respeito às vezes a códigos ainda mal reconhecidos, dá lugar, pois, a muitas efetuações possíveis, levando em conta contextos móveis e em constante reenquadramento (DERRIDA, 1991a, p. 185).

¹⁶ Esse texto fora publicado em 1988 como posfácio para a edição especial de *Limited Inc.*, a qual reúne o conjunto dos textos que compõem toda essa discussão, exceto a versão integral da *Reply* de John R. Searle (“Reiteração das diferenças: Resposta a Derrida”), lá resumida pelo editor estadunidense Gerald Graff.

¹⁷ Derrida tenta dar um passo para além do humanismo (centrismo *do/no* humano) que impera sobre a constituição político-pragmática de um contexto: “É inevitável, não se pode fazer nada, e principalmente não se pode falar, sem determinar (de um modo que não é só teórico mas prático e performativo) um contexto. Essa experiência é sempre política, porque implica, nessa determinação mesma, um certo tipo de relação não ‘natural’ com o outro (e isso também vale para o que se chama de os ‘animais’, porque [...] o que eu digo implica uma transformação bastante profunda do conceito de ‘político’ e de alguns outros, para que se possa dizer que o homem não é o único animal político).” (DERRIDA, 1991a, p. 186).

Tendo reconhecido essa estrutura *a priori* e sua generalidade, então, interessa saber que tipo de política podemos encontrar numa determinada prática contextualizante. A análise, que também é inteiramente política, torna a focar nessa questão. Derrida é categórico quando diz: “Em suma, não creio em nenhuma neutralidade possível neste campo.” (DERRIDA, 1991a, p. 186).

Outro exemplo relacionado a essa questão da determinação contextual diz respeito a um conceito amplamente difundido na comunidade científica: a objetividade. Isso que se chama de “objetivo”¹⁸ no âmbito das ciências duras só tem sentido na medida em que é imposto no interior de um certo contexto “[...] extremamente amplo, antigo, poderosamente instalado, estabilizado ou enraizado num feixe de convenções (por exemplo, as da língua), que, contudo, permanece um contexto.” (DERRIDA, 1991a, p. 186). Nenhum valor poderia surgir sem estar ou ser, desde o início, implicado em uma conjuntura específica. O “contexto em geral” pode ser um sinônimo para a “história real do mundo” na qual, a propósito, a objetividade adquiriu sentido e encontrou espaço para se impor legitimamente.¹⁹ A conhecida frase de Derrida “*Il n’y a pas de hors-texte*” (“Não há nada fora do texto”), que remete à obra *Gramatologia*, não significa outra coisa senão: “Não há nada fora do contexto”.

Devido à complexidade desse assunto, Derrida propõe, então, esquematizar as seguintes advertências/observações:

1. A sua análise do contexto não é relativista nem ceticista nem empirista ou niilista, pois, primeiramente – e com base na fenomenologia husserliana –, “[...] o relativismo, como todos os seus sucedâneos, permanece como uma posição filosófica que *contradiz* a si mesma.” (DERRIDA, 1991a, p. 187, grifo nosso); depois, porque o seu gesto em relação ao contexto não é, fundamentalmente, uma crítica drástica dos contextos que são finitos, e nem uma posição filosófica inflexível. Seu discurso está outrossim enraizado, inscrito, situado histórico-institucionalmente num contexto dado – por exemplo, nos idiomas que escreve, fala, pensa etc. –, e ainda que seja diferenciado e móvel, ele não deve nem pode renunciar a determinados conceitos e valores dominantes do contexto no qual se insere.
2. Quando lançou mão, acima, da fórmula “história real do mundo”, Derrida quis enfatizar o que entende pelo conceito de con-texto: para o filósofo, o texto não se resume ao livro

¹⁸ Embora o tenha contestado, Derrida não descrê completamente desse valor. Pelo contrário, o filósofo insiste em marcar entre parênteses na sua resposta que acredita firmemente na objetividade quando bem inscrita em uma dada situação.

¹⁹ Esse “contexto maior” continua submetido a um interminável processo de reconfiguração. Tal circunstância está alinhada com um dos diversos entendimentos acerca do pensamento derridiano: “Uma das definições do que se chama de desconstrução seria a consideração desse contexto sem limite, a atenção mais viva e mais ampla possível ao contexto, e pois um movimento incessante de recontextualização.” (DERRIDA, 1991a, p. 187).

nem exclui ou suspende a referência à história, ao mundo, à realidade, ao ser, enfim, ao outro; tratar sobre essas coisas remete a uma experiência interpretativa que as contextualiza diferencialmente tendo a alteridade irreduzível (outro nome para a diferença) como eixo. É por isso que o con-texto não está nunca encerrado nas prateleiras de alguma biblioteca.

3. Uma vez que a referência é acolhida como diferença e esta última é inscrita na presença, o conceito de con-texto – compreendido derridianamente – não contrapõe a escritura ao encobrimento/velamento. O con-texto não é uma presença simples, assim como o rastro não é uma permanência.

Considerando essas razões, além de outras já citadas e discutidas no decorrer deste texto, Derrida decide em favor da abertura indefinida referente a todo contexto, ou seja, a sua finitude nunca está assegurada nem pode ser simplificada; há nesse conceito uma “não totalização” que o autor qualifica como essencial (1991a, p.188). Essa amplitude contextual infinita, entretanto, conta com e depende, sempre, de um constrangimento irreduzível para que a fixação do contexto possa ser viabilizada. A aplicação de força ou “violência” parece-nos mais do que indispensável se deseja praticar este empreendimento, que, em toda a sua extensão, é ético-político.

Ainda na carta-posfácio, Derrida responde ao interlocutor que jamais “pôs radicalmente em questão” conceitos como, por exemplo, a referência e a verdade, ou mesmo a “estabilidade de contextos interpretativos”. Segundo o filósofo, colocar questões sobre a possibilidade desses conceitos/normas/valores etc. não significa contestá-los totalmente em sua exigência e validade. O discurso que acompanha este questionamento é derivado de outra ordem que não aquela que sustenta tradicionalmente as mesmas noções questionadas, contudo, isso não impede que, diante de certas circunstâncias pragmáticas, a sua “verdade” possa ser controlada e submetida às regras ético-políticas e/ou socioinstitucionais referentes a algum contexto estabilizado e predominante, como é o caso do contexto científico anteriormente mencionado: mesmo na contestação de uma ideia ou teoria supostamente verdadeira, a ciência em geral estabelece que um profissional deva adequar-se aos requisitos que concernem a um modelo de racionalidade se pretende, ao menos, ser levado seriamente em relação ao seu esforço intelectual.

Para que possamos ajuizar ou extrair conclusões sobre problemas relativos ao contexto, precisamos, antes de tudo, considerar os limites de determinação e de estabilidade que apresenta um contexto em discussão, o que Derrida não cessou de fazer. Ao propor questionamentos com relação à “estabilidade de contextos interpretativos”, Derrida pretendia chamar a nossa atenção para duas possibilidades:

Em contrapartida, isso [a consideração dessa estabilidade] não quer necessariamente dizer escolher ou aceitar ou tentar conservar a estabilidade pela estabilidade a todo preço, não é ser “conservador”. E, em contrapartida, levar em conta uma certa estabilidade (por essência sempre provisória e finita), é precisamente não falar de eternidade ou de solidez absoluta, é levar em conta uma historicidade, uma não naturalidade, ética, política, institucionalidade (DERRIDA, 1991a, p. 207).

No fundo, o que Derrida quer é nos advertir e lembrar a ausência radical de absoluta estabilidade e que essa condição, *a priori*, está implícita no conceito de estabilidade: “Uma estabilidade não é uma imutabilidade, é, por definição, sempre desestabilizável.” (DERRIDA, 1991a, p. 207). O que o conduz a impacientemente responder: “Se se recordar isso é pôr radicalmente em questão a estabilidade dos contextos, então *eu o faço*.” (DERRIDA, 1991a, p. 207, grifo nosso).

Nos termos de Derrida, um contexto bem determinado necessita, em primeiro lugar, de acordos bastante confirmados, para que, a partir disso, possa apoiar-se em laços demonstráveis e estáveis entre conceitos e coisas; por conseguinte, mantém salvaguardada a diferença entre o falso e o verdadeiro para que se acuse, no contexto mesmo em que fora determinada, a presença de confusões, desonestidades e/ou erros. Numa leitura qualquer é possível haver desrespeito às regras ético-políticas, gramaticais e pragmáticas estabelecidas num contexto. Essa possibilidade pode conduzir-nos na direção de equívocos, erros ou incompreensões interpretativas – resultado de leituras más/ruins –, os quais, por sua vez, de acordo com Derrida, confirmam a hipótese da estabilidade relativa do contexto:

Os laços entre as palavras, os conceitos e as coisas, a verdade e a referência não são *absolutamente* e puramente garantidos por qualquer metacontextualidade ou metadiscursividade. Por mais estabilizado, complexo e sobredeterminado que seja, há um contexto e somente um contexto relativamente *firme* sem firmeza nem fechamento absolutos, sem pura e simples identidade consigo. Tem nele um jogo da diferença, da abertura (DERRIDA, 1991a, p. 208, grifo do autor).

O filósofo relaciona também o imperativo da incondicionalidade (herança kantiana), que atravessa, de ponta a ponta, o pensamento da desconstrução, a essa discussão sobre o contexto. Segundo Derrida, o *incondicional* é independente de todo contexto determinado, ou até mesmo da própria determinação contextual em geral. É o que, na verdade, dá abertura para os contextos possíveis, uma vez que estes só se deixam ser formulados sob certas *condições*, isto é, na medida do constrangimento e/ou retraimento de uma textualidade que é im-pura infinitude, ou melhor, infinitamente finita (in-finita). A incondicionalidade, assim compreendida, intervém no instante em que abre toda contextualização, entretanto, sem se permitir determinar, restringir, por algum contexto específico que, por outro lado, e em princípio, ela tornara factível.

3. Considerações finais

Enquanto um pensador preocupado em pensar e repensar questões que marcaram a sua época, Derrida comprometera-se com uma reinserção das diferenças no terreno das discussões filosóficas, sobretudo no que concerne à linguagem – a escritura, enfim – e sua relação com o jogo diferencial (*différance*), o qual, antecipadamente, principia o “lugar” aonde tais problemas são situados. É no âmbito da *différance* como “condição de im-possibilidade” e “pano de fundo prático-teórico”, por exemplo, que acontece a desconstrução do contexto em referência à noção ampliada e generalizada de escritura.

O conceito clássico e definidor de escrita abrange predicados que, no decurso da história do pensamento ocidental, foram excluídos, reservados ou subjugados por forças e organizações de caráter logocêntrico, contudo, a leitura de Derrida objetivou, dentre outras razões, a liberação desse conceito a partir de uma efetiva generalização dos seus traços, em especial a dita *ausência* im-própria da escritura. Mais: esse “novo” modo de conceber a escritura, desde sempre, resistira ao domínio exercido e, pois, perpetrado pelas hierarquias de opostos que sustentam a metafísica. Há nele uma irredutibilidade ligada ao rastro – e a figura do resto – que a lógica binária é incapaz de conter com o seu aparato programável.

No “fim” de *Assinatura acontecimento contexto*, confirma-se uma hipótese arriscada no início da argumentação, qual seja: que aconteceria um deslocamento geral do conceito de escrita se, porventura, a ausência própria que lhe distingue conviesse²⁰ a qualquer signo. Nesse sentido, a escritura – deslocada com relação à escrita tradicional – já não seria um meio de comunicação, pois que a sua ausência distintiva interrompe a compreensão de que o texto em sua forma escrita estabelece contato entre duas consciências – ou duas presenças. Além disso, a escritura abre um espaço ilimitado de leitura que não é mais prisioneiro da intenção ou do querer-dizer de alguma autoria. Geralmente admite-se a escrita como um instrumento estando à serviço da comunicação – entendida no papel de transmissão de um sentido –, todavia, em razão do duplo gesto realizado por Derrida, a comunicação é, desde então, compreendida enquanto uma das derivações efetivas da (arqui-)escritura.

Essa ausência essencial que atua sobre a comunicação exerce influência também quanto ao contexto: a título de exemplo, e conforme o que Austin preconizara, a fim de que um contexto seja absolutamente determinável, é exigida a garantia de plena presença e transparência total – a si e aos outros – da consciência intencional, a qual, por sua vez, constitui ideal e pretensamente

²⁰ O verbo escolhido por Derrida não é fortuito, uma vez que compreende mais de um significado útil na construção do argumento: *convir* pode significar tanto “estar de acordo com algo” – no sentido de aceitá-lo, reconhecê-lo etc. – quanto “ser conveniente” – isto é, adequado, apropriado, proveitoso etc.

um alicerce terminante para o contexto. Com efeito, se tudo aquilo que é derivado e/ou marcado por uma escritura é, de certa maneira, atravessado pela chance ou promessa de descontinuidade, falta, ruptura, subversão etc. – tal qual ao que acontece com a intenção –, então, não há nenhuma constituição contextual destinada à saturação, porque todo contexto encontra-se na dependência da escritura e, enfim, entrelaçado a ela.

Para o pensamento de Derrida, não existe distinção exata entre contexto e texto. Por esse motivo que, em alguns passos do presente trabalho, decidimos grafar “con-texto” para recordar a inseparabilidade dessas ideias insinuada na própria nomenclatura: o con-texto nos permite ler e ouvir “com texto”, dando a entender “junto do texto”, ou seja, marca uma “omnipresença”²¹ do texto em todas as situações que um contexto é analisado e/ou questionado. Em *Limited Inc.*, a saber, Derrida insistira que o alcance do contexto jamais pode ser dissociado da análise de um texto. Isso significa que essas noções estão comprometidas reciprocamente, uma não existe sem a outra, aliás, cada uma remete rigorosamente a outra.

Ao indicar a limitação do conceito corrente de contexto, Derrida busca problematizar a coerência dessa noção, até que ponto ela é de fato consistente e suficiente teoricamente para dar conta do que almeja determinar. O filósofo não argumentara em prol duma descontextualização indistinta ou da leitura de textos fora de seus respectivos contextos, pelo contrário, ele sabia que lemos, sempre, situado em um ou mais contextos. Não foi por acaso que, em diversas ocasiões, Derrida fez questão de contextualizar a inscrição dos seus textos (escritos, falados, performados etc.), com o intuito de demonstrar e relembrar à sua audiência que qualquer texto é fruto de uma experiência determinada, singular, situacional, única. Uma resposta nunca é definitiva, pois não há nada que aprisione uma declaração ou um enunciado em seu dito “contexto originário”. Para o autor, se a ocasião que produziu uma certa inscrição fosse diferente, o texto/produto/resultado desse momento seria indubitavelmente outro.

Por último, citemos uma passagem de Derrida que parece sintetizar em poucas e sucintas palavras aquilo que sua desconstrução tem a dizer sobre a problemática e a reflexão con-textual: “A estrutura assim descrita supõe ao mesmo tempo que só haja contextos, que não *exista* nada além do contexto, como disse frequentemente, mas também que o limite do quadro ou a borda

²¹ É estratégico o uso das aspas na palavra referida acima, pois é de conhecimento público na área que o pensamento desconstrutivo tem como um de seus propósitos – se é que ele concretamente possui algum – o questionamento da chamada “metafísica da presença”. Portanto, nenhum contexto/texto acha-se plenamente presente a e em si próprio. Pensamos que a citação a seguir pode, de algum modo, servir para ilustrar a circunstância: “Assim, o que se entende por ‘texto’ é somente lisível em seu apagamento, não mais em seu ‘interior’. Contudo, isso não indica que se leia o texto pelo seu ‘exterior’, mas sim na quase-apagada delimitação de suas *margens*, indica que os textos são lidos nos rastros e nas dissimulações e nunca ‘enquanto tais’. Como rastros, segundo a economia da *différance*, os textos também não se apresentam como presenças a si nem como presenças ao leitor e nem mesmo como presentes ao autor.” (HADDOCK-LOBO, 2008, p. 194, grifo do autor).

do contexto comporta sempre uma cláusula de não fechamento.” (DERRIDA, 1991a, p. 209, grifo do autor). Assim embaralham-se as fronteiras do que se entende normalmente por “dentro” e por “fora”, acontecimento que causa alterações no enquadramento de um contexto. Ao mesmo passo em que delimita, o gesto desconstrutivo-estratégico opera um rompimento das limitações contextuais: todo contexto mantém um caráter de provisoriedade, seu fechamento e sua firmeza de modo algum poderão ser aceitos totalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2017.

_____. *Limited Inc*. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1991a.

_____. *Margens da Filosofia*. Tradução de Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. São Paulo: Papyrus, 1991b.

_____. *Posições*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. (Org.) *Às margens: a propósito de Jacques Derrida*. São Paulo: Loyola, 2002.

HADDOCK-LOBO, Rafael. *Derrida e o labirinto de inscrições*. Porto Alegre: Zouk, 2008.

NASCIMENTO, Evando. *Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Celina, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 1988.

SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. *Desconstrução e arquitetura: uma abordagem a partir de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Uapê, 2009.